



Os problemas urbanísticos da cidade de São Paulo e a sua abordagem pela mídia¹

Bianca Bibiano Oliveira²

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Resumo

A presente pesquisa procura estabelecer uma relação de aproximação entre o jornalismo atual e a forma em que os problemas de ordem urbanística da cidade são retratados. Para isso foi usado como base o jornal Folha de São Paulo, focando o Caderno Cotidiano e destacadas algumas matérias sobre a cidade de São Paulo, centrando-se no período que vai do início de 2001 até o final de 2006, para mostrar duas diferentes gestões políticas na cidade: a de Marta Suplicy e a de José Serra. Dessa forma é possível notar as diferenças na linguagem utilizada pelo jornal quando as notícias são de períodos diferentes. Também foi analisado como o jornal indica a localização das notícias, isso para entender como a localização no meio urbano interfere nessa linguagem.

Palavras-chave

Problemas urbanísticos; Urbanismo paulistano; Folha de São Paulo.

1. Introdução aos problemas urbanísticos paulistanos

A cidade de São Paulo, fundada em 1554, desenvolveu durante seu crescimento problemas de ordem urbanística que se agravavam com o passar do tempo. Dois processos se destacam: a instalação da linha férrea no final do século XIX e o surto industrial de meados do século XX; ambos fizeram com que a população crescesse mais do que a estrutura da cidade podia suportar no momento, acarretando em problemas diversos em moradia, transporte, saneamento básico, etc.

O primeiro episódio se deu principalmente com a implantação de grandes estradas de ferro, entre elas Santos – Jundiaí, em 1867, Sorocabana e Ferro Mogiana, em 1872. Esse acontecimento ampliou a produção cafeeira e a demanda por trabalhadores, o que trouxe uma primeira grande leva de imigrantes.

Esse novo grupo populacional formou núcleos de moradia ao longo da ferrovia, visto que, os projetos de moradia para as áreas urbanizadas visavam apenas atrair moradores

¹ Trabalho apresentado no III Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação

² Graduanda em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, voluntária do programa de iniciação científica – PIVIC 2007, com a pesquisa ‘Os problemas urbanísticos e a sua abordagem pela mídia’, orientada pelo professor Marcelo José Abreu Lopes.



de classes média e alta, principalmente fazendeiros do café. “*Tudo isso vai fazendo de São Paulo um centro comercial, financeiro e de prestação de serviços*” e “*essa urbanização gera também um processo de seletividade territorial*” (SOUZA, 2004).

Porém os projetos centralizadores não superaram a explosão demográfica causada pelos migrantes em meados do século XX. O segundo episódio citado ocorre junto com instalação das indústrias e trouxe uma grande quantidade de migrantes, de maioria nordestina, que vieram trabalhar e fugir da seca. A expansão territorial desse período não se conteve aos planos e a cidade cresceu para outras áreas além do centro e da linha férrea, onde se centrara até então, chegando até a conurbação com as cidades vizinhas.

Os problemas habitacionais da cidade de São Paulo têm origem, em grande parte, desses episódios, principalmente do segundo, pois a população aumentou de 3.781.446 (incluindo a população rural) para 5.924.615 (anuário de 1974 do IBGE), apenas de população urbana e o número de sem-teto, favelados e pessoas morando em habitações não regulares se expandiu muito.

Apesar de ocorridos em diferentes períodos históricos, os acontecimentos citados passaram pelo mesmo processo de falta de planejamento fundamentado para solucionar seus decorrentes problemas. Isso foi notado em toda a evolução urbana de São Paulo, gerando expansão de forma descontrolada.

2. A participação do jornalismo na evolução urbana da cidade

Durante o processo de urbanização da cidade de São Paulo, alguns jornais fizeram a retratação dos acontecimentos, mas sabe-se nessa fase o jornalismo não era profissionalizado, sendo uma atividade financiada muitas vezes por recursos vindos de ligações com a política.

A imprensa paulistana teve um início tardio em relação a outras províncias, em 1827, passando por evoluções até a consolidação de jornais com maior independência financeira. O desenvolvimento dos primeiros se deu por meios de veículos oficiais ou ligados aos governos de província. Sendo assim, o jornalismo desenvolve-se juntamente com a atividade política e é mais intenso onde essa atividade é marcante, como ocorre no caso da capital paulista. (SODRÉ, 1999, p. 87).

Dentre os jornais que relataram o início da expansão urbana em São Paulo e os decorrentes problemas está *O Estado de S. Paulo*, na época sob o título de *A Província*



de *S. Paulo*, que surgiu no final do século XIX e exemplifica bem a relação entre a mídia, as classes altas e a política. Os problemas típicos da cidade de São Paulo, como enchentes, já eram retratados pelo jornal, mas sob a ótica das classes dominantes.

Era um jornal que reforçava a tendência empresarial, em crescente destaque no jornalismo, apoiava a economia liberal e, conseqüentemente, era direcionado para as classes média e alta que eram, até então, os agricultores donos das fazendas de café.

A dinâmica de expansão territorial deu ao mundo uma necessidade de informações, que se apresenta já final do século XIX, e isso faz com que a urbanização se acelere, porém em favor de interesses de classes dominantes.

Diante dessa tendência, surge a *Folha da Noite*, na década de 1920. De caráter inicialmente popular, destacava notícias sobre a deficiência dos serviços públicos. Pouco tempo depois foi dividida em mais duas edições: *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde*. Em 1960, ocorreu a fusão das três, formando a *Folha de S.Paulo*, que atualmente conta com uma tiragem diária de 280 mil e é o jornal de maior circulação do país.

Até a abertura política em 1988, o jornalismo já havia passado grandes períodos convivendo com a censura, e isso dificultou ainda mais um relativo crescimento crítico da imprensa nacional. Os últimos 18 anos firmaram a liberdade de imprensa, mas, ainda que sutilmente, os jornais deixam implícitas suas posições políticas e isso afeta diretamente na cobertura de acontecimentos no campo urbanístico, fazendo com que muitas vezes o fato seja colocado em segundo plano em detrimento da discussão política. Um exemplo é a matéria “*PT usa plano de zoneamento de Pittá*”, de 17 de agosto de 2001, da Folha, que usa a questão do zoneamento para discutir questões políticas.

Segundo a opinião de urbanistas, como Flávio Villaça e Ermínia Maricato, a mídia ainda vem representando a opinião das classes dominantes e diante disso criou-se uma forma de jornalismo institucional, que não apresenta a realidade inerente à grande população. Sendo assim, é possível considerar que seu papel em relação às políticas desenvolvidas para a melhoria urbana da cidade é afetado pela interferência dessa classe dominante.

A relação entre jornalismo e problemas urbanísticos raramente é estudada, mas é notável que esses problemas são relatados diariamente nos jornais e justamente por isso



essa pesquisa visa obter dados para estabelecer uma relação concreta entre ambos os assuntos.

3. Referencial teórico

Para estabelecer critérios teóricos que embasem essa relação foram utilizados livros sobre a história da urbanização de São Paulo e sobre acontecimentos no meio urbano que foram relevantes nos últimos anos e foram discutidos pela mídia.

Dentre eles, encontra-se o livro *A cidade não pode parar: planos urbanísticos de São Paulo no século XX*, organizado por Nadia Somekh e Candido Malta. Este livro sintetiza a forma como se deu a evolução da cidade de São Paulo e sua urbanização por meio de análise dos planos adotados por diversos governos na cidade. Mostra, através da história, a dificuldade de aprovar um projeto que garantisse uma mudança no seu quadro urbano:

“A aglomeração paulistana costuma ser vista como um exemplo de inexistência ou da ineficácia de iniciativas urbanísticas que se proponham a ordenar sua impressionante trajetória de crescimento, configurando um processo de urbanização, marcado por violenta exclusão e disfunções urbanas” (SOMEKH, 2002, p. 7).

Do estudo desse livro destacam-se algumas partes, entre elas o capítulo *Antecedente: a modernização de São Paulo* (SOMEKH, 2002, p. 13), onde encontra-se um histórico que mostra, em ordem cronológica, como se deram os primeiros projetos visando urbanizar a cidade de São Paulo. Relata as decisões políticas que influenciaram o processo, juntamente com os interesses do capital imobiliário que participou ativamente do loteamento de muitas áreas da cidade, principalmente áreas nobres.

“O primeiro esforço no sentido de atender a tamanha transformação com um conjunto coordenado de intervenções urbanísticas foi (...) de dezembro de 1872 a junho de 1875. Identificado pelos historiados como a ‘segunda fundação’ de São Paulo, esse período costuma ser lembrado pelo número de realizações” (SOMEKH, 2002, p. 16).

Além deste, o livro *Habitação e Cidade*, de Ermínia Maricato, trás uma base histórica das políticas habitacionais na cidade. O trecho intitulado de *A construção da segregação territorial* aponta para uma das causas dos problemas de moradia, os “Códigos de posturas”, instituídos em São Paulo em 1886, que estabeleciam normas para a construção e reformas de edifícios na cidade.

“Dessa forma, estavam excluídos os que não reuniam condições para construir (o que exigia posse legal da terra, capital financeiro,



conhecimento técnico, etc.) nem recursos para comprar uma mercadoria assim definida legalmente” (MARICATO, 2002, p. 30).

Esses códigos tornaram proibidas as construções de cortiços nas áreas centrais, aumentando então, o seu número nos subúrbios, juntamente com a prática de autoconstrução e piorando gradativamente a questão da habitação e chegando ao ponto de interferir no meio ambiente, quando se dá a ocupação de áreas de mananciais.

Partindo dessa análise histórica da cidade foi possível desenvolver ligações com a história do jornalismo paulista, que é destacado em algumas partes do livro *História da imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré.

Dentre essas partes que destaca o jornalismo paulista, está o trecho *A imprensa burguesa*, do capítulo *A Grande imprensa* (SODRÉ, 1999, p. 355), que destaca o surgimento da Folha da Noite, em 1921, já organizado como empresa, reflexo do assentamento do jornalismo industrial. Também comenta sobre a relação dos jornais paulistas com o Partido Democrático, surgido 1926, que se utilizava dos jornais para divulgar seu noticiário (SODRÉ, 1999, p. 365).

Diante esses dois últimos livros é possível notar, entre outros pontos, que a atual situação da habitação na cidade de São Paulo se deve, em grande parte, da atuação dos jornais paulistas que mantêm intrínseco em suas matérias o discurso das classes dominantes. Mesmo que sutilmente, ainda mostram essas políticas “higienizadoras” que se destacaram no início da urbanização paulistana e que buscam excluir das regiões centrais toda a população de baixa renda.

Com base nesse exemplo, volta-se à discussão a cerca da função social do jornalismo, que nesse caso, foge das notícias diárias sobre a falta de habitação na cidade, onde é possível notar apenas um relato sobre o fato e não a exposição de idéias que possam ajudar na solução do problema.

Essa função social também fica, notavelmente, à sombra de outros interesses, como interesses políticos, publicitários e empresariais, quando as matérias são relacionadas a transporte público, saneamento básico, direitos de propriedade, etc.

Considerando os processos urbanos e a sua contextualização pela mídia, também se destaca o livro *Espaço intra-urbano no Brasil*, do urbanista Flávio Villaça, onde é apresentado um estudo sobre questões urbanas.

A partir da comparação entre seis metrópoles brasileiras, entre elas São Paulo, Rio de Janeiro e Recife e os acontecimentos históricos que desencadearam a formação urbana dessas áreas, o urbanista fala sobre a localização das burguesias no território metropolitano:

“Como as áreas industriais são elementos cujas localizações são determinadas por forças externas aos espaços metropolitanos, a segregação espacial das classes de alta renda surge como o elemento mais poderoso no jogo de forças que determina a estruturação do espaço intra-urbanos das nossas metrópoles”. (VILLAÇA, 2001, p.13)

Dentre seus estudos, destaca-se o capítulo *Segregação, controle do Estado e ideologia*. (VILLAÇA, 2001, p 343) que serviu como base para ao desenvolvimento dos métodos de análise dessa pesquisa. Nele, o autor apresenta um parecer sobre ideologia e utiliza a “*grande mídia*” como exemplo de porta-voz da visão desenvolvida pelo grande público a respeito do espaço das metrópoles. Para isso ele se utiliza de dois grandes jornais: Folha de S.Paulo e Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro.

Ao desenvolver uma pesquisa em torno de menções feitas nos jornais sobre urbanismo, o autor observa como temas relacionados aos processos ocorridos na cidade são afetados pela ideologia, entendendo que ele usa o termo como uma idéia da classe dominante que se universaliza para o seu benefício. Explica que essa produção ideológica se utiliza de artifícios para fazer valer sua posição.

Um deles é o artifício de fazer entender por “cidade” somente a parte onde estão localizadas as camadas de alta renda. Isso gera um processo de segregação e preconceitos com as regiões de baixa renda.

“As áreas que se localizam fora da região de grande concentração das camadas de mais alta renda são consideradas ‘longe’ ou ‘fora de mão’. Quase sempre tornam-se longe de fato. Às vezes, localizam-se apenas fora da região de concentração de alta renda, mas são consideradas áreas de ‘periferia’, por mais centrais que sejam”. (VILLAÇA, 2001, p.349)

Essa discussão também é feita por João Sette Whitaker Ferreira, que afirma no relatório de pesquisa sobre a implantação da ZEIS na área central, ainda em andamento, que:

“Desde os primeiros planos urbanísticos de embelezamento, no início do século passado, temos no Brasil a permanente re-imposição de dinâmicas urbanas que reiteradamente expulsam a população pobre para as franjas urbanas periféricas, favorecendo, nos investimentos públicos de implantação de infra-estrutura urbana, obras voltadas



para a constante melhoria das regiões mais privilegiadas e ocupadas pelas classes dominantes”. (FERREIRA, 2006)

Baseando-se nesses artifícios e na constatação feita pela análise dos jornais, o livro de Villaça continua expondo que a opinião dos veículos de comunicação é parcial, refletindo a ideologia pregada pela classe dominante.

O livro é destacado pela importância da análise feita sobre a Folha de S. Paulo, que, apesar de ser de um período distinto, serve como exemplo de relação entre problemas urbanísticos e jornalismo.

Baseando-se nesses trabalhos e em análises históricas é possível criar uma relação entre a atual situação da cidade de São Paulo e o papel desempenhado pela mídia nos processos que afetam essa situação.

3.1. As intervenções do Estado no urbanismo paulistano e seu destaque no jornal

Entre os processos que se destacaram nos últimos anos, encontra-se o que deu origem a Lei Federal 10.257, de 2001, designada de Estatuto da Cidade. Esta Lei, desenvolvida para assegurar melhorias efetivas no quadro urbano da cidade, consolida os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988 sobre políticas públicas urbanas e teve grande influência no Plano Diretor Integrado da cidade de São Paulo, de 2003.

Diante dessa lei fica firmada a:

“Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.”(inc.I, art.2º)

Para Aluísio Pires de Oliveira e Paulo César Pires Carvalho:

“Isto significa dizer que a utilização do solo urbano fica submetida, primordialmente, à Constituição Federal que estabelece a necessidade de cumprimento da função social das propriedades e à observância do Estatuto da Cidade, Leis urbanísticas e plano diretor”. (OLIVEIRA, 2003, p. 29)

O uso deste Estatuto é uma base para entender que o período analisado se deu mediante o início de um processo de modificações na ordem urbana da cidade, modificações nas diretrizes que dizem respeito ao uso do solo, aos direitos de propriedade, entre outros pontos.



Também é citado no inc. II do artigo 2º do Estatuto, o direito ao processo participativo da população nas decisões tomadas para a melhoria da cidade. Esta participação ainda não é efetiva, porém, como afirma o próprio Estatuto, esse é um processo longo.

“Assegurar o pleno exercício do direito à cidade é a diretriz chave da política urbana que deve ser implantada nas cidades brasileiras, tendo as pessoas humanas como a prioridade desta política. O pleno exercício do direito a cidades sustentáveis compreende condições dignas de vida, de exercitar plenamente a cidadania e os direitos humanos (...), de participar da gestão da cidade, de viver numa cidade com qualidade de vida, sob os aspectos social e ambiental”. (ESTATUTO DA CIDADE, 2001, p. 32)

A importância da implantação deste Estatuto se dá, tanto pelo fato de “a cidade nunca ter recebido antes tratamento legislativo tão profundo e vasto” e que “a Lei ultrapassa a mera ordenação de uso do solo, dizendo respeito ao desenvolvimento da própria nação”, quanto pelo fato de que:

(...) contém normas há muito necessitadas pelas cidades e esperadas pelos cidadãos brasileiros, sobretudo em se tratando de regras que devem afetar, direta ou indiretamente, aproximadamente 80% da população nacional (...). (OLIVEIRA, 2003, p. 14)

Mas para Aluísio Pires e Paulo César é “sintomático que, apenas em 2002, sejam produzidas regras jurídicas para organizar o desenvolvimento urbano de um país que deixou de ser majoritariamente rural na década de 1960” (OLIVEIRA, 2003, p. 14).

É notável a falta de notícias e de análises mais minuciosas sobre o assunto na Folha de S. Paulo durante o período de implantação e nota-se também que raramente foram noticiados os processos participativos e as mudanças acarretadas pelo Estatuto da Cidade.

Este Estatuto, que afetou diretamente o Plano Diretor da cidade de São Paulo, citado mais à frente, trouxe à tona inúmeras discussões no meio urbanístico brasileiro, pois, entre outros pontos, garantia a “função social da propriedade urbana”. Neste caso, é bom frisar que a Folha de S. Paulo destacou e discutiu por vários meses a implantação do Plano Diretor e suas possíveis consequências, principalmente no meio imobiliário.

Partindo da evolução dos processos que buscam melhorias nas questões urbanísticas da cidade de São Paulo e do papel desenvolvido pela mídia nessa evolução, utilizando como base alguns projetos das duas últimas gestões na prefeitura da cidade que foram noticiados pela mídia impressa, foi possível entender como os processos urbanísticos



ocorridos nessas gestões foram relatados pela mídia, mais precisamente a Folha de S.Paulo.

4. Objetivos da pesquisa

Considerados os fatos, a pesquisa procura responder a seguinte questão: como os atuais problemas urbanísticos da cidade de São Paulo são retratados pela Folha de S.Paulo em diferentes gestões políticas?

Objetiva-se também comparar os projetos feitos pelas diferentes gestões em relação aos problemas urbanos e observar se a mídia retratou esses projetos e de que forma eles foram expostos; entender o que é apontado como problema urbanístico pelo jornal; buscar saber quais critérios de noticiabilidade são usados na publicação das matérias referentes a esses problemas e analisar se esses critérios mudam em função de uma possível centralização das notícias para as classes altas.

Para chegar a esses dados é realizada uma busca por matérias do referido período e dessa forma visa a espacializar os dados observados para compreender a possível diferenciação no tratamento das matérias devido a localização da ocorrência.

O intuito de desenvolver essas questões é comparar todos os dados obtidos e explicar a retratação dos problemas urbanísticos na mídia, de forma a expor, com dados concretos, como essa retratação se dá em diferentes atuações políticas e em diferentes áreas da cidade. Podendo, dessa forma, chegar a um questionamento sobre a relação do jornalismo atual com os problemas urbanísticos da cidade de São Paulo.

Até o presente momento de desenvolvimento desta pesquisa foram analisadas matérias veiculadas pela Folha de S Paulo do período de gestão de Marta Suplicy. Seguindo um cronograma pré-estabelecido ainda serão analisadas as matérias referentes à gestão José Serra e também serão realizadas diversas entrevistas com urbanistas e jornalistas que ajudem nas considerações finais da pesquisa.

4.1. O desenvolvimento da pesquisa e a análise da linguagem do jornal

Para analisar a linguagem do jornal, foram destacadas as gestões de Marta Suplicy e de José Serra, visando comparar as suas propostas e a repercussão delas na mídia, pois, pelo fato de terem atuado sob a vigência das normas estabelecidas pela Lei 10.257, e por serem de partidos com viés político diferenciado, é possível analisar o tratamento



dessas questões, notando o modo imparcial do jornal e a oscilação de opinião conforme o partido no poder.

Apesar de serem de partidos com diferenças na forma de gerir a cidade, as propostas e realizações dos dois prefeitos focaram pontos comuns, como a melhoria do transporte coletivo, as melhorias em favelas e a reestruturação do centro da cidade. Essa concordância entre propostas dos partidos é uma ocorrência de âmbito nacional, porém, destaca-se na cidade de São Paulo por esta ser a cidade mais populosa e com maior PIB do país, porém com renda extremamente concentrada, conseqüentemente com enormes problemas urbanos e sociais, possivelmente os maiores do país.

A análise detalhada da linguagem da Folha de S. Paulo diante desse assunto foi possível com um levantamento de matérias relacionadas aos problemas urbanísticos da cidade de São Paulo, do período em que geriram os dois prefeitos acima citados, considerando principalmente o Caderno Cotidiano da Folha, onde constam as matérias dessa ordem.

Foram levadas em consideração as notícias relacionadas a transporte público, habitação, utilização de vias públicas, revitalização da cidade, enfim, tudo o que foi noticiado em relação às intervenções urbanas na cidade.

Essa análise foi possível considerando alguns critérios de noticiabilidade utilizados para as matérias publicadas a respeito do tema, ou seja, dos acontecimentos e critérios jornalísticos que influenciaram a matéria final, como localização, discurso, etc.

Com esses critérios é possível observar que a linguagem utilizada pelo jornal vem sempre com um discurso político, ou seja, os problemas de ordem urbanística da cidade são tratados no âmbito político. Isso ocorre principalmente em títulos e subtítulos, quando não são anunciados os problemas urbanísticos e sim o governante, ou muitas vezes o partido político, responsável por ele.

É possível também notar uma diferenciação na linguagem do jornal quando levada em consideração a localização e o período em que determinado fato ocorreu. Isso significa que, além da visível priorização do jornal em notificar fatos ocorridos em áreas nobres e na região central, existe uma diferença na linguagem quando as notícias são de áreas afastadas e mais degradadas.

Foi notado que o jornal retrata a cidade de forma homogênea, como se os problemas em áreas socioeconômicas diferentes tivessem a mesma repercussão sobre a população. Os

problemas de ordem urbanística são tratados geralmente em matérias especiais e com informações mais detalhadas. Os problemas das periferias, por exemplo, são tratados da mesma maneira como tratam outras questões de áreas nobres, não ocorre uma diferenciação no discurso.

5. Contextualização das principais políticas urbanísticas do período

Para situar a pesquisa bibliográfica no contexto estudado foi desenvolvida uma análise prévia sobre projetos políticos de cunho urbanístico do período a ser analisado, onde foi possível notar que as políticas adotadas pelos dois prefeitos tiveram alguns pontos comuns. Essa busca se deu pelos *sites* dos dois ex-prefeitos de São Paulo e, por isso, não foram avaliadas na busca questões partidárias, para evitar parcialidade.

No *site* de Marta Suplicy, onde é possível encontrar um *link* para suas realizações na prefeitura de São Paulo, notam-se alguns projetos levantados em relação às melhorias urbanas na cidade, onde foi focado o transporte, com o projeto de interligação entre os ônibus a partir do Bilhete Único e a moradia, no projeto Bairro Legal, visando reurbanizar favelas. Foi possível notar também que se fala muito sobre diminuição da violência após o aumento de iluminação em certas vias e por programas sociais (*4 anos de governo que mudaram São Paulo*, 2006. Disponível em: <http://www.martasuplicy.com.br/4anos/programas.phd>. Acesso em 16 nov. 2006).

O *site* de José Serra, que iniciou seu mandato em 2005, faz muitas críticas ao governo de Marta. Os programas levantados pela sua gestão visavam superar os planos levantados pela anterior. Apesar disso, manteve alguns projetos, como o Bilhete Único e fez ampliações. Ainda no setor dos transportes coletivos, afirma que retomou as obras paradas do Fura-Fila, iniciado na gestão Celso Pitta e mudou o nome para Expresso Tiradentes, estipulando datas para o término da obra. No setor de reestruturação do Centro, afirma que aumentou a coleta de lixo, mantendo a limpeza da cidade. No setor de moradias afirma que entregou 220 mil casas populares e também fez melhorias em favelas. (Prefeito Trabalhador, 2006. Disponível em: <http://www.serra45.org.br/prefeito/>. Acesso em 16 nov. 2006). A gestão Serra teve duração de apenas dois anos, porém, as questões levantadas pela pesquisa não se alteram com esse fato.

Como ocorre nas trocas de gestão política, alguns projetos da gestão anterior foram abandonados. No caso da gestão de Serra pode-se usar como exemplo do projeto de



ZEIS, discutido mais à frente, que buscava reurbanizar de forma a enquadrar habitações de interesse social em diversas áreas da cidade, incluindo a região central.

Dentro da análise feita até então, foi possível notar uma forte crítica por parte do jornal aos projetos sugeridos e implantados pela então prefeita. É notável também a forte crítica a figura de Marta Suplicy, em matérias que atingem a imagem da prefeita, mostrando, por vezes o viés político do jornal.

É notado também que durante os quatro anos de gestão, a prefeita instituiu diversos programas de ordem urbanística, desde projetos de habitação até reformas na paisagem urbana da cidade.

Dentre esses projetos da prefeita destaca-se a implantação do Plano Diretor Integrado, implantado após mais de 30 anos de projetos que não se efetivaram. Esse Plano é baseado quase que inteiramente nos artigos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade e foi alvo de grande análise por parte da Folha. Em diversas matérias foram colocados tabelas e gráficos que explicavam o funcionamento do Plano Diretor a ser implantado.

Outro projeto noticiado pelo jornal foi a implementação de um novo zoneamento, em decorrência do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor. Esse zoneamento institui algo novo para a cidade, que são as Zonas Especiais de Interesse Social, a chamada ZEIS.

“A ZEIS é um instrumento bastante radical, pela abrangência de seus potenciais efeitos: em primeiro lugar, pode contribuir significativamente para a urbanização de favelas, geralmente áreas em complexa situação fundiária, sejam elas públicas ou privadas (...). Em segundo lugar, a ZEIS pode ter um papel importante para combater a retenção de terrenos e imóveis urbanos, para regular o preço fundiário e a atividade imobiliária, e para recuperar usos em áreas consolidadas e degradadas, como por exemplo nas áreas centrais (...).”(FERREIRA, 2006)

Enquadrando-se nos moldes de ZEIS, na gestão Marta, foi desenvolvido o projeto *Morar no Centro*, projeto integrante do programa *Ação Centro* que, entre outras funções, tentou promover operações urbanas em parcerias com os proprietários dos imóveis da região central, buscando uma preservação do patrimônio histórico enquanto incluía habitações de interesse social na região onde o projeto foi implantado.

Como já citado acima, este projeto foi abandonado na gestão José Serra. As políticas relacionadas à revitalização das áreas centrais desenvolvidas por Serra não incluem a

questão da habitação de interesse social, voltada para as classes pobres, e esse fato é um ponto ainda em discussão por urbanistas.

5.1. Questões urbanísticas e a mídia

Dentro do período analisado foi notado que foram veiculadas uma média de três matérias por dia discutindo assuntos relacionados aos problemas urbanístico. Entre os de mais destaque estão *habitação e transporte público*. Diversas matérias também apareciam com um “chapéu” (que introduz o assunto à matéria) *urbanismo* e é curioso notar que esse assunto não obedecia a um critério fixo. Por exemplo, eram tratados desde paisagismo até reformas em patrimônios históricos. Considerando urbanismo como qualquer intervenção de ordem urbana na cidade, que venha a modificar o ambiente, então o jornal não erra ao mostrar suas matérias dessa forma.

O assunto *transporte público* também surge em diversas matérias, desde aberturas de licitações, relações com empresas de transporte até os problemas do transporte público que afetam diretamente a população. Sendo que este último aparece em menor quantidade.

O assunto saneamento básico é o que menos tem destaque e é geralmente vinculado a matérias de meio ambiente. Nesse ponto pode-se discutir a questão de que os problemas muito afastados da realidade do leitor da Folha, mesmo que existam em grande quantidade na cidade de São Paulo, como é o caso da falta de saneamento, são de pouco destaque.

Um ponto que tem grande quantidade de matérias relacionadas e foi bastante discutido é a questão da revitalização da região central da cidade. Segue-se aqui a lógica de que o jornal tende a discutir assuntos que interessam a um pequeno grupo dominante, já que muitas vezes eram criticados os projetos de revitalização que incluíssem áreas de interesse social, como no caso da região da Luz ou as discussões em torno do edifício São Vito, conhecida área de cortiço.

Ermínia Maricato e João Sette discutem em suas pesquisas as atuações políticas para a área central, focando essa questão da exclusão.

“Ao aumento dos esforços de algumas gestões para reverter o processo de exclusão sócio-urbana nas áreas centrais, contrapõem-se entretanto um sustentado esforço das elites, do mercado imobiliário, e quase sempre do Poder Público Municipal, para ‘revitalizar’ os

centros, o que desse ponto de vista significa fazer com que a população pobre saia de lá”. (FERREIRA, 2006)

Flávio Villaça também discute a questão da área central e sua importância para a cidade e faz uma análise do termo “deterioração do centro”, muito utilizado pela mídia e pelo público, mas que para ele é um processo social:

“(…) o centro da cidade é vital para a dominação e controle por meio do espaço urbano (...). O processo rotulado como “deterioração” pela idéia dominante refere-se ao estado de quase-ruína em que são deixados muitos edifícios dos centros tradicionais, em virtude de seu abandono pelas camadas de alta renda, que produziram novos centros. Como o centro é uma área importante da metrópole, a classe dominante não pode assumir esse fato e precisa ocultá-lo, formulando uma versão que não comprometa sua posição de classe dominadora”. (VILLAÇA, 2001, p.344)

Cria-se aqui um panorama geral, em que é possível notar que os problemas diários e historicamente maiores não são apresentados no jornal de forma crítica e quando feito, são críticas políticas. O que é veiculado diariamente no jornal é o discurso da minoria dominante, que tem o “direito da fala”, e o que aparece poucas vezes é o discurso da maioria, que na verdade surge por um “ritual de circunstâncias”, em uma situação propícia a ele. Isso segue a lógica de Michel Foucault, em seu livro “A ordem do discurso” que afirma:

“Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (FOUCAULT, 1970)

As matérias sobre enchentes são um exemplo claro dessa distinção social. Anualmente centenas de pontos alagados interditam a cidade de São Paulo. Sabe-se que quem mais sofre as consequências disso é a população de baixa renda, porém, ao noticiar, o jornal apenas apresenta o fato, não são feitas críticas nem análises como fazem com diversos assuntos, mas noticiam porque isso afeta a circulação da classe dominante na cidade.

6. Considerações finais

Esta pesquisa ainda está em fase de desenvolvimento, mas diante dos dados colhidos até então foi possível notar que a mídia apresenta os problemas de ordem urbanística diariamente, porém o faz de maneira homogênea. Isso foi notado porque, mesmo com a distinção social que existe na cidade de São Paulo, o jornal tende a retratar os problemas



urbanísticos sempre ligados ao viés político e apresentando um discurso que é aceito pela classe dominante.

O objetivo desta pesquisa a partir de agora é buscar entender como o discurso do jornal foi visto por pessoas que participaram deste período e estiveram ligadas a essas matérias publicadas. Também objetiva-se espacializar todos os dados adquiridos e distribuí-los em mapas da cidade de São Paulo, isso para analisar mais claramente como é a linguagem do jornal quando as matérias são referentes a áreas diferentes.

Referências bibliográficas

CAMPOS, Candido Malta (org); **GAMA**, Lúcia Helena (org); **SECCHETTA**, Vladimir (org). *São Paulo, metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2004.

FERREIRA, João Sette Whitaker (coordenação). *Impactos da implantação dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade nas dinâmicas de valorização fundiárias e imobiliárias da área central de São Paulo*. São Paulo: MACKPESQUISA, 2006.

MARICATO, Ermínia. *Habitação e cidade*. 6. ed. São Paulo: Atual, 2002.

MOTA, Carlos Guilherme; **CAPELATO**, Maria Helena. *História da Folha de S.Paulo (1921-181)*.

OLIVEIRA, Aluísio Pires de; **CARVALHO**, Paulo Cesar Pires. *Estatuto da Cidade: anotações a Lei 10.257, de 10.07.2002*. Curitiba: Juruá, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOMEKH, Nadia (org.); **CAMPOS**, Candido Malta (org.). *A cidade que não pode parar: planos urbanísticos de São Paulo no século xx*. São Paulo: Mack Pesquisa, 2002.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *Metrópole e Paisagem: caminhos e descaminhos da urbanização in PORTA*, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo v.3: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

_____, *Estatuto da cidade: guia para a implementação pelos municípios e cidadãos*. Instituto Pólis, 2001.

Sites:

4 anos de governo que mudaram São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.martasuplicy.com.br/4anos/programas.phd>. Acesso em 16 nov. 2006.

Prefeito Trabalhador, 2006. Disponível em: <http://www.serra45.org.br/prefeito/>. Acesso em 16 nov. 2006.